

O capital, de Marx: advocacy de política pública?

Hilem Estefânia Cosme de Oliveira¹

Vinicius Felix da Silva²

Resumo:

Em resposta a algumas das críticas contemporâneas à análise “neomarxista” de políticas públicas, o ensaio investiga o tratamento dado pelo próprio Karl Marx para a questão da política pública, no Livro I d’*O capital*. O ensaio sugere uma chave de leitura “heterodoxa” para a obra-prima de Marx: que ela pode ser lida como uma sofisticada peça de *advocacy* pela legislação limitando a jornada de trabalho. Além disso, formula hipóteses sobre uma concepção marxista da política pública, e seus sujeitos.

Palavras-chave: marxismo; *O capital*; política pública; regulamentação do trabalho (Inglaterra, século XIX).

Marx’s Das Kapital: Public policy advocacy?

Abstract:

In answer to some of the contemporary critiques to the “neomarxist” policy analysis, the essay inquires the treatment given by Karl Marx himself to the question of public policy, in the Book I of “Das Kapital”. The essay suggests an “heterodoxical” reading to Marx’s masterpiece: that it can be read as a sophisticated piece of advocacy for the legislation limiting the working day hours. In addition, formulates hypotheses on the Marxist conception of public policy and its subjects.

Key words: Marxism; *Das Kapital*; public policy; work regulation (19th Century England).

Introdução

Karl Marx é certamente reputado, inclusive pelos seus críticos (honestos), como um dos *gigantes* das ciências sociais, principalmente por sua ainda incomparável obra acerca da estrutura, desenvolvimento e funcionamento do regime político-econômico capitalista, enquanto fenômeno sócio-histórico abrangente, cuja epítome foi *O capital* – crítica da economia política, tendo o ano de 2017 como de celebração dos 150

¹ Mestre pela Universidade Federal do ABC (Ufabc). E-mail: hilem@uol.com.br.

² Mestre pela Universidade Federal do ABC (Ufabc). E-mail: vfelixlegion@gmail.com.

anos da publicação original alemã de seu Livro I, em 1867. Além das contribuições para a filosofia da história, epistemologia, economia, sociologia, nessa e em outras obras Marx também formulou contribuições decisivas para o estudo do fenômeno político, dos quais se destacam, por um lado, suas formulações sobre a natureza do estado, seja como “a violência concentrada e organizada da sociedade” (MARX, 2013 [1867], p. 821), como instrumento de dominação de uma classe sobre as outras (MARX; ENGELS, 1982 [1848]) e, nesse diapasão, como fórum de articulação e mediação dos interesses da burguesia dominante no capitalismo. E por outro, o conceito de *luta de classes* como dinâmica social constitutiva do comportamento político, que contribuiu para a fundamentação objetiva, materialista, de análises calcadas na identificação e articulação dos *interesses* dos atores políticos.

Em suma, é inegável a contribuição de Marx, em sua parceria com Friedrich Engels, na teorização sobre as instituições sociais e, particularmente, as políticas, e sobre o comportamento e relações sociais politicamente orientadas; o que, no jargão internacional da literatura especializada, costuma-se expressar nos termos resumo de *polity* e *politics*, respectivamente. Em relação a outra dimensão do fenômeno político, o daquilo que efetivamente se pode e se faz das e através das instituições políticas, ou dimensão da política pública (*policy*), a contribuição intelectual de Marx parece menos reconhecida.

Embora o estudo das políticas públicas tenha-se constituído como uma área autônoma de investigação científica, com seus próprios paradigmas, na primeira metade do século XX, sobretudo a partir do trabalho do cientista político estadunidense Harold D. Lasswell (DELEON, 2006), reconhece-se, mesmo nessa tradição recente, que as políticas públicas têm sido objeto de estudos, sob perspectivas disciplinares diversas, desde, pelo menos, o século XIX (e mesmo antes, se levarmos em conta as considerações de Foucault (2008) sobre o que chamou de “ciências cameraais”, nos séculos XVII e XVIII), e que Marx se inclui no rol dos cientistas sociais que abordou o tema. Segundo Rodrigues (2013), Marx foi pioneiro na superação da perspectiva na qual as políticas públicas figuravam apenas como corolários das prescrições sobre o que governantes *deviam* ou não fazer. Com sua peculiar argúcia sociológica, Marx teria desenvolvido um método genuinamente científico não apenas de descrição, mas, acima de tudo, de explicação das políticas públicas, em termos de suas determinantes históricas e radicais consequências sociais. Por tal perspectiva marxista, as políticas públicas puderam ser investidas do papel normativo de “instrumentos importantes de transformação social e efetivação de direitos de cidadania” (RODRIGUES, 2013, p. 30), rompendo, a um só tempo, tanto com a concepção jurídica da ação estatal

como mera produção legislativa e judiciária, que ou se auto-realizava ou “morria no papel”; quanto a concepção econômica, pela qual a ação estatal é (deveria ser) mera versão sublimada de supostas leis naturais da sociedade, que nada mais deveriam fazer do que assegurar a reprodução ossificada do *status quo*.

Esse tipo de reconhecimento, porém, não implica que o *mainstream* da produção sobre políticas públicas trate sem desdém qualquer perspectiva de análise de políticas públicas que reivindique o legado científico marxista (ou “marxiano”, como preferirem). É possível que isso ocorra, por um lado, por conta do contexto da institucionalização das chamadas *policy sciences*, particularmente no ambiente universitário dos países liberais do Atlântico Norte, ao final da II Guerra Mundial, contexto no qual o discurso da guerra fria também começava a se institucionalizar. Vide a obra do próprio Lasswell (1971), considerado como fundador dessa recente tradição, na qual buscou justificar a necessidade de maior refino conceitual e metodológico no estudo das políticas públicas, dentre outras razões, pela premissa de que a produção das políticas públicas em países “democráticos” (leia-se, liberais) seria por demais complexa, por conta do pluralismo político, o que, segundo ele, não seria um problema nos países “totalitários”. Por outro lado, também é possível que a atitude refratária dos estudos de políticas públicas ao legado marxista tenha um caráter mais “endógeno” à própria Academia, uma vez que a autonomização epistemológica do estudo da *policy* dependia, em grande medida, de que se distinguisse de abordagens já consagradas em relação às questões da *polity* ou da *politics*, dentre as quais se destacavam, precisamente, as contribuições de Marx e de pensadores que se reivindicavam marxistas.

Percebe-se que mesmo aquilo que a literatura *mainstream* reconhece como uma perspectiva (neo)marxista de análise de políticas públicas, desenvolvida a partir do século XX, costuma ser mobilizada nos manuais e revisões de literatura apenas como *contraexemplo* do que seria (ou deveria ser) a vanguarda dos estudos de políticas públicas. Essa crítica se estrutura, *grosso modo*, partindo de dois argumentos. O primeiro argumento postula que, uma vez que a perspectiva (neo)marxista conceberia o estado como instrumento de dominação de classe da burguesia capitalista, ela assumiria como axioma inescapável que tanto o conteúdo quanto os resultados das políticas públicas seriam sempre, em última instância, determinados pelos interesses do capital (HOWLETT, RAMESH; PEARL, 2013, p. 42), “sujeito automático” invariavelmente beneficiado pelas ações da *superestrutura* governamental. Isto é, aquilo que a crítica chama de “caráter de classe” do estado (MARQUES, 1997, p. 69). O segundo argumento afirma que, corolário ao postulado do caráter classista do estado e das políticas públicas, a perspectiva (neo)marxista

buscaria articular, de diversas maneiras tautológicas, a categoria dos interesses objetivos da classe capitalista como a principal variável explicativa para o “o caráter de classe” do estado capitalista. A crítica à perspectiva (neo)marxista revolve, enfim, em ou em torno da discrepância entre essa forma de explicação e a observação empírica de casos em que determinadas políticas públicas foram efetivamente implementadas apesar de terem sido abertamente contrapostas pela classe capitalista organizada; ou em torno da dificuldade de se comprovar que mesmo aquelas políticas públicas que de fato beneficiaram o capital tiveram sua *origem* na coordenação dos capitalistas, enquanto classe (HOWLETT; RAMESH; PEARL, 2013, p. 42).

A corrente neomarxista, *stricto sensu*, de estudo das políticas públicas, portanto, ter-se-ia desenvolvido ao longo do século XX para responder a esse tipo de questionamentos, sejam eles advindos de outras correntes de pensamento, ou auto-impostos. Eduardo Marques (1997, pp. 69-75) identifica seis argumentos que resumem as tentativas neomarxistas de incorporar as críticas e considerar “mais seriamente” as questões da contingência dos conflitos entre atores e a importância de aspectos estruturantes (e estruturadores) do estado como fatores explicativos para os resultados das políticas públicas:

A autonomia relativa do estado: refere-se ao argumento, identificado já nos escritos políticos de Marx (como o *18 Brumário*), de que, uma vez à testa do estado, alguns atores poderiam ganhar autonomia em suas ações, relativamente aos interesses manifestos da classe burguesa, produzindo, portanto, políticas públicas contrárias a esses interesses, e mesmo benéficas para a classe trabalhadora. Mas, segue a crítica, a perspectiva neomarxista ainda defenderia que esses casos seriam exceções pontuais, insuficientes para alterar a estrutura econômica de dominação de classe. O estado, portanto, invariavelmente serviria antes para reproduzir a dominação burguesa, do que para contestá-la.

A desproporcionalidade do poder social da burguesia: buscando identificar as causas dessa desproporcionalidade em favor da burguesia na determinação das políticas públicas, um dos argumentos mobilizados pelos neomarxistas seria a existência de uma elite estatal, agenciada direta ou indiretamente, pelos interesses da burguesia. As questões da formação dessa elite, assim como de por quais meios ela é agenciada pelos interesses da burguesia, se tornam centrais para a investigação. Por um lado, se buscaria identificar a origem de classe efetiva dos membros dessa elite, como forma de encontrar a vinculação direta entre os interesses desses e os da burguesia. Outra opção seria identificar, mesmo nos casos em que a origem de classe não poderia ter caráter explicativo, diferentes formas de *socialização* dos membros dessas elites estatais, seja ressaltando a

circulação desses junto a membros de elites econômicas, seja apontando a hegemonia geral dos valores da burguesia na cultura, reproduzidos e difundidos no âmbito do estado e dos seus mecanismos de seleção de elites.

A dependência estrutural do estado ao capital: aqui trata-se de mobilizar o argumento da *subdeterminação da superestrutura* pela *infraestrutura*. Ao apontar que, na prática, as políticas públicas implicam a mobilização de diversos capitais públicos, mas também privados, se evidencia, no regime de dominação da burguesia, a dependência *fiscal* do estado ao nível de atividade econômica do capital privado. Isso explicaria, em termos de constrangimentos, a inclinação dos governos e burocracias, mesmo quando formados por membros de fora da classe dominante, a submeterem os interesses públicos aos interesses objetivos da classe capitalista. Em última instância, mesmo os arroubos de autonomia do estado seriam dependentes de algum nível prévio de atendimento dos interesses do capitalismo, revertido em capacidade de mobilização fiscal e de colaboração dos capitalistas na co-produção das entregas das políticas públicas.

A seletividade estrutural do estado capitalista: para além da dependência estrutural, econômica, ao capital, o funcionamento do estado capitalista seria estruturado para processar, seletivamente, apenas os assuntos pertinentes ao esforço de acumulação de capital ou com ele compatíveis. Essa estruturação, porém, seria historicamente determinada pela conjuntura da correlação de forças e construção de *hegemonia* pela burguesia quando da (re)construção das instituições estatais, após as revoluções liberais. Voltando ao tema do papel instrumental do estado, isso apontaria para uma brecha para a organização de interesses contra-hegemônicos, politicamente orientados para alterar a seletividade estrutural do estado.

Essa última perspectiva, mais aproximada do *pluralismo* caracteristicamente presumido ou advogado por boa parte da produção das *policy sciences*, poderia explicar, por exemplo, a existência de políticas públicas abertamente contrárias aos interesses dos capitalistas como uma fenda momentânea na hegemonia da burguesia e, portanto, da seletividade estrutural inscrita por essa classe no funcionamento das instituições estatais. Cabe ressaltar que, conforme a observação empírica, é seguro afirmarmos que essas políticas não deixam de se orientar pelo fato presentemente inescapável da ubiquidade social do capitalismo, uma vez que, de toda forma, buscam enfrentar problemas estruturais do mesmo capitalismo, enquanto sistema em funcionamento.

Os críticos, por sua vez, apresentam como forma de superação dos impasses formados por essas diversas linhas de raciocínio, perspectivas

como a do *neoinstitucionalismo*, que lança mão da completa abstração da noção de *instituição*, aplicada enquanto categoria a partir de sua redução à formulação mínima de “regras do jogo” que orientam, induzem ou constroem o comportamento dos atores. E mesmo essa última categoria se torna cada vez mais e mais abstrata, na medida em que as diferenças entre os “atores” é interpretada cada vez menos em termos de variáveis como o acesso diferenciado a recursos econômicos ou situação de classe, e cada vez mais em variáveis mais abertas, como “identidades”, “papéis sociais” e “conjunto de valores”. Paradoxalmente, a predileção por categorias analíticas cada vez mais abertas parece orientar-se menos para a construção de teorias generalizáveis do que para o idiossincrático preciosismo metodológico. Dessa forma, as perspectivas derivadas do neoinstitucionalismo tendem a produzir teorizações de “médio alcance”, cujas descobertas são generalizadas tentativamente para cada novo caso, formando linhas específicas de pesquisa, sem a pretensão de qualquer síntese rigorosa como uma “grande teoria” ou “metateoria” (MARQUES, 1997).

Acreditamos que, independentemente das linhas de investigações que tenham sido abertas, perseguidas ou abortadas pelos chamados neomarxistas – e nosso objetivo aqui não é vindicar essa literatura em particular –, é no mínimo demasiado prematuro, para não dizer mesmo equivocado, o diagnóstico de infrutiferidade de uma perspectiva de políticas públicas de inspiração marxista.

As críticas de viés neoinstitucionalista ao que percebem como um determinismo infraestrutural contraproducente na literatura neomarxista derrapam facilmente para extremo simétrico, isto é, do idealismo superestrutural, no qual tudo se explicaria pela interação entre “regras do jogo” institucionais e a subjetividade dos atores, descrita em termos de crenças, valores, motivos, ideias, conhecimento, etc.; mas que não explica – nem se preocupa por explicar – como essas coisas venham a ser o que são em contextos sócio-históricos diferentes. Como já dissemos, não pretendemos retomar de onde a literatura neomarxista possa ter parado, mas sim começar a rastrear elementos para uma crítica marxista das teorias de políticas públicas a partir da obra original do próprio Marx. Mais especificamente, buscaremos abordar um dos pólos da crítica ao neomarxismo, que é a questão da determinação da *policy* pela *politics*, por um ângulo todo outro: quem e sob que condições pode ser considerado o *sujeito* da política pública, diante da concepção marxista de que os revolucionamentos do modo de produção constroem sujeitos e subjetividades? A nossa obra de referência será o Livro I d’*O capital*.

A perspectiva de políticas públicas em *O capital*

É natural que obras de fôlego como *O capital* apresentem diversas camadas argumentativas, que se estruturam sobre o tratamento mais ou menos pontual de uma variedade grande de conceitos, o que dá abertura para múltiplas leituras e interpretações possíveis. Mas podemos dizer que a interpretação mais direta e mesmo “canônica” do Livro I – O processo de produção do capital, é como uma exaustiva demonstração – materialista-dialética – dos processos *imanentes* que torna(ra)m possível o surgimento, desenvolvimento e funcionamento do modo de produção capitalista. Demonstração que demandou o desenvolvimento de um conjunto sofisticado de instrumentais teóricos – dentre os quais, a *teoria do valor-trabalho*, como porção do tempo de trabalho socialmente necessário médio cristalizado nas mercadorias; a teoria do *fetichismo da mercadoria*, que explicita as relações sociais ocultas nas relações (de valor) entre coisas trocadas como mercadorias; a teoria da *mais-valia*³, fruto expropriado do mais-trabalho, porção estruturalmente necessária da jornada de trabalho no modo de produção capitalista, correspondente ao tempo de trabalho excedente ao estritamente necessário para a produção de mercadorias em valor equivalente ao de reprodução da mercadoria força-de-trabalho; dentre outras. Enfim, também é interpretação tanto quanto óbvia que as exaustivas e intrincadas elaborações teóricas são ilustradas com exemplos concretos que giram em torno, principalmente, da secular história da regulamentação do trabalho na Inglaterra, desde o século XIV, com o *Statute of labourer*, de 1349 (MARX, 2013, p. 344), até o século XIX, com os *Factory Acts Extension Act* e *Workshops’ Regulation Act*, de 1867 (MARX, 2013, p. 563).

Tal subordinação das exposições historicistas atende a necessidades próprias da forma de demonstração dialética, podendo levar à conclusão de que as teorias desenvolvidas por Marx são instrumentos de pesquisa construídos aprioristicamente para facultar a pesquisa. Jacob Gorender, na Introdução ao Livro I, adverte quanto ao equívoco, ou pelo menos limitação dessa forma de leitura:

A exposição lógica afirma a orientação anti-historicista na substituição da sucessão histórica pela articulação sistemática entre categorias abstratas, de acordo com suas determinações intrínsecas. Daí que possa assumir a aparência de construção imposta à realidade de cima e por fora.

Na verdade, trata-se apenas de impressão superficial contra a qual é preciso estar prevenido. Porque, se supera o histórico, o lógico não o suprime. Em primeiro lugar, se o lógico é o fio orientador da exposição, o histórico não pode ser dispensado na

³ Ou *mais-valor*, conforme a tradução de Rubens Enderle, para a edição da Boitempo, adotada para este ensaio.

condição de contraprova. Daí a passagem frequente de níveis elevados de abstração a concretizações fatuais em que a demonstração dos teoremas assume procedimentos historiográficos. Em segundo lugar, porém com ainda maior importância, porque o tratamento histórico se torna imprescindível nos processos de gênese e transição, sem os quais a história será impensável. Em tais processos, o tratamento puramente lógico conduziria aos esquemas arbitrários divorciados da realidade fatural. Por isso mesmo, temas como os da acumulação originária do capital e da formação da moderna indústria fabril foram expostos segundo o modo histórico, inserindo-se em O capital na qualidade de estudos historiográficos de caráter monográfico.

Em suma, o lógico não constitui o resumo do histórico, nem há paralelismo entre um e outro (conforme pretendeu Engels), porém entrelaçamento, cruzamento, circularidade. (GORENDER in MARX, 2013, p. 35)

A proposta deste ensaio é estressar um pouco mais as consequências dessa precaução. Não se trata, porém, de simplesmente inverter o sentido da leitura, indo desde o histórico até o lógico, mas sim de sugerir um sutil deslocamento da ênfase na “lógica da exposição” para a “lógica da descoberta”, argumentando que a identificação de alguns dos *compromissos normativos* subjacentes à investigação lança luz sobre partes subestimadas da obra monumental de Marx.

Propomos que uma leitura possível d’*O capital* é como uma grande peça de *advocacy*⁴ de política pública, que antecede em muito o apelo à *fundamentação científica* desse tipo de empreendimento político, comum nos dias atuais. É sabido que as obras dos economistas políticos criticados por Marx, e mesmos dos fisiocratas que os antecederam, já articulavam igual preocupação por fundamentar cientificamente os investimentos políticos de seus autores. Nessas, a pretensão da descoberta de “leis naturais” do comportamento econômico adjacentes a toda e qualquer associação humana visava, de fato, a promoção das diretrizes desenvolvidas a partir desse instrumental intelectual ao *status* de “cartilha de governo”, tendo por cerne a incorporação do *livre-cambismo* como orientação geral para todas as decisões de governo.

O pioneirismo de Marx estaria na associação dessa politização da “ciência econômica”, comum aos tratados de economia política, à sua

⁴ Entende-se por *advocacy*, expressão da língua inglesa ainda sem tradução adequada para português, as ações orientadas de pessoas, grupos, empresas ou organizações sociais que se engajam por uma causa, procuram a resolução de um problema ou “*advogam*” em defesa dos direitos de uma entidade ou de um grupo. A partir do acelerado crescimento da participação da sociedade civil e do chamado terceiro setor nos debates sobre políticas públicas em diversos países, a *advocacy* ganhou destaque, inclusive na literatura acadêmica, como senda de utilização do conhecimento especializado (sem, necessariamente se abrir mão do poder e do *status*) como instrumento de persuasão, a fim de conquistar os objetivos políticos pretendidos.

peculiar concepção classista da história e da política, orientando seu ativismo não para a formulação de prescrições gerais e genéricas para a “totalidade” das sociedades, identificando, ao contrário, um específico *sujeito político e da política* – o proletariado industrial –, em relação a quem o aconselhamento científico ajudaria a identificar o *programa político* necessário, frente à conjuntura histórica determinada da consolidação da grande indústria capitalista, que, mais do que mero objeto a ser explicado, se apresentava como incomparável *janela de oportunidade* para radicais mudanças sociais.

Ao focalizar o partido da classe operária, a coalizão entre proletários, camponeses e burgueses, ou mesmo as instituições sociais como fontes de transformação da sociedade, Marx e Engels desvelaram a complexidade do desafio metodológico de imaginarmos *quem* será o ator mais qualificado para tomar as melhores decisões públicas (de estado) em determinada sociedade, *como* se decide e *o que* deve ser decidido.

Nisso consiste o desafio de realizar um diagnóstico que sirva de base à política pública. Na ótica marxista, o diagnóstico é de que *instituições políticas e sociais* constituem o meio para alcançar a emancipação econômica da classe operária. (RODRIGUES, 2013, p. 32, grifos no original)

Partindo desse ponto de vista, podemos afirmar que a proposta de política pública defendida insistentemente no Livro I d’*O capital* é a “redução e regulamentação da jornada de trabalho” por vias de uma “lei coercitiva” (MARX, 2013, p. 547). Isso cobre a questão de em favor d’o *que* Marx estaria advogando. Quanto a *quem* deveria/poderia realizar esse resultado também não se responde de maneira tão simples como a menção ao proletariado industrial; conjugada ao *como* se chegar a esse resultado político, apontaremos o tratamento dado por Marx à questão da agência dos atores políticos frente a uma conjuntura estrutural previamente posta, e, seguidamente, as consequências em termos de política pública, que, em consonância com a terminologia contemporânea, podemos entender como *outputs* do processo político; e de reconfiguração das relações de trabalho, do modo de produção capitalista, enfim, das relações sociais, às quais podemos nos referir como seus *outcomes*.

Trabalho necessário e exploração do mais-trabalho: divisão analítica e problematização da jornada de trabalho

Se assumimos a redução e regulamentação da jornada de trabalho em todos os ramos da indústria e setores produtivos anexos como a solução de política pública esposada por Marx em *O capital*, devemos identificar qual ou quais problemas suscitavam, para Marx, tal solução. Seguindo com o raciocínio que adotamos até aqui, podemos tomar a

exposição teórica elaborada por Marx como etapa ou procedimento de *problematização*, isso é, como a análise cuidadosa de uma dada situação a fim de evidenciar seu caráter problemático, permitindo então a argumentação em favor de determinadas soluções. Recapitulemos, portanto, essa argumentação:

Segundo Marx, uma das condições imprescindíveis para o funcionamento do capitalismo é a existência de um mercado de *força de trabalho*. E a condição para a disponibilidade de tal mercadoria é a existência de trabalhadores *livres*, o que para Marx tem a dupla acepção:

Ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 2013, p. 244)

Coisas essas, os meios de produção, como ferramentas e matéria-prima, que são disponibilizadas pelo próprio capitalista no processo de produção. Como no caso de todas as demais mercadorias, a força de trabalho tem um *valor de troca*, ou simplesmente valor, que é determinado pela quantidade de trabalho social necessário médio para a sua produção, ou, mais propriamente nesse caso, pelo trabalho social corporificado na *cesta de mercadorias* necessárias para a reprodução contínua da força de trabalho. Ao contratar a força de trabalho por esse valor equivalente, o capitalista passa a dispor de seu *valor de uso*, que é o de, ao se combinar aos meios de produção, adicionar *valor* novo e original a esses elementos inorgânicos que, por seu lado, apenas transferem integralmente seu próprio valor como componente das novas mercadorias fruto desse processo produtivo, desse processo de trabalho. O capitalista pode efetivar esse uso da força de trabalho por uma determinada quantia de tempo diário (independente de se o contrato tem temporalidade semanal, mensal etc.), que é a *jornada de trabalho*.

O consumo da mercadoria força de trabalho tem, portanto, esse particular em relação às demais mercadorias: ao ser retirado da esfera de circulação e consumida, o seu valor não necessariamente se perde, como ocorre a um bem de consumo final; nem apenas é transferido para os corpos de outras mercadorias, como ocorre aos meios de produção; mas, como todo trabalho social, ela *gera* novo valor. Para a sua contínua reprodução enquanto mercadoria, é necessário que esse valor novo, ou a quantidade de mercadorias em que ele é corporificado, seja pelo menos equivalente ao valor da cesta de mercadorias necessárias para a reprodução do próprio trabalhador. Porém, a depender de como essa força de trabalho é aplicada na produção, é possível que em uma jornada de trabalho se produza uma quantidade de mercadorias vendáveis *superior* ao equivalente à cesta de mercadorias necessárias para a reprodução da

força de trabalho naquele dia. Isso significa que, se as condições do trabalhador fossem outras, e ele pudesse dedicar-se a produzir para si mesmo, precisaria trabalhar apenas uma *parcela* daquela jornada de trabalho; dependente do capitalista, para cumprir as condições do contrato de locação de uma jornada de força de trabalho, ele precisa continuar trabalhando para além desse *tempo de trabalho necessário*, produzindo uma quantidade de mercadorias em valor *superior* ao seu próprio custo para o capitalista. Marx denomina esse tempo extra de trabalho *mais trabalho*, e a grandeza de valores produzido durante esse intervalo de *mais-valia* (ou, *mais-valor*, na edição da Boitempo que estamos utilizando), sendo essa a verdadeira e necessária fonte do lucro do capitalista (que se calcula após reduzir os custos com capital fixo, i.e., os meios de produção; e capital variável, i.e., a remuneração da força de trabalho), ou seja, trabalho *não pago*. De outra forma, se a mercadoria força de trabalho não fosse para o capitalista “mais barata” do que ela é capaz de gerar, simplesmente não haveria qualquer incentivo para a contratação do trabalho assalariado, e não seria possível falar em valorização do capital, apenas em sua circulação.

A *jornada de trabalho* pode assim ser decomposta em um intervalo que corresponde ao tempo de *trabalho necessário* para produzir o equivalente ao salário normal do trabalhador, e outra que corresponde ao tempo em que o trabalhador se dedica a produzir mercadorias como se estivesse trabalhando *gratuitamente* para o capitalista. A primeira é necessária em qualquer forma de organização do trabalho; a segunda, enquanto não seja exclusiva do modo de produção capitalista, é sua condição necessária. Sendo essa última a fonte de lucros do capitalista, esse é compelido pelas “leis naturais” próprias da competição capitalista a buscar, por diversas maneiras, estender sempre mais a sua proporção na jornada de trabalho, como forma de extrair sempre mais *mais-valia* do trabalho que contrata.

As maneiras possíveis e efetivamente aplicadas de ampliar a extensão do *mais trabalho* e a extração de *mais-valia* são várias, sendo umas mais diretas e brutais, e outras mais sutis, mas todas baseadas na captura de um valor equivalente a trabalho não pago, o que caracteriza o capitalismo como um modo de produção necessariamente exploratório. Todas essas formas podem ser reduzidas a duas formas de manipulação da composição analítica da jornada de trabalho. A mais óbvia dessas maneiras é a extensão simples do tempo total da jornada de trabalho – por exemplo, de oito para 12 horas –, ou intensificar o seu consumo além do normal, a fim de que o trabalhador exerça mais tempo de *mais trabalho*, após já ter satisfeito o tempo de trabalho necessário. A isso Marx denomina a forma de extração de *mais-valia absoluta*. A outra forma,

mais complexa, implica em se reduzir, por diversos mecanismos, a quantidade de tempo de trabalho necessário, isso é, tornar possível que em menos tempo o trabalhador produza a quantidade de valores equivalentes à sua cesta de necessidades. Essa forma Marx denomina extração de *mais-valia relativa*. A qual, por sua vez, pode ser realizada por operações sutis e diversas, que, no entanto se equivalem e, em realidade, se complementam: aumento da produtividade da própria unidade econômica; redução global do valor da cesta de produtos do trabalhador; ou aumento do grau de (re)produtibilidade e disponibilização de força de trabalho livre.

Se durante o desenvolvimento primordial do capitalismo a tônica tenha sido a perseguição da mais-valia absoluta, com as formas mais brutais de sujeição do trabalho aos desmandos dos capitalistas, na fase avançada do capitalismo estudada por Marx, graças à difusão da maquinaria por quase todos os ramos da produção e do controle *científico* dos diversos aspectos dos processos de produção, dentre eles os tempos e intensidades do trabalho, os capitalistas se tornaram cada vez mais e mais capazes de calcular e efetuar meios de reduzir o tempo de trabalho necessário, ou, em outros termos, de ampliar a extração de mais-valia relativa. Isso no mesmo contexto em que a substituição da força de trabalho pelo poder e precisão dos motores e ferramentas mecânicas tornou dispensável uma quantidade crescente de trabalhadores *livres*, transformados em *supernumerário* exército reserva de mão de obra. Condições que empoderaram os capitalistas a extrair não apenas mais-valia relativa “normalmente”, por conta da fantástica ampliação da produtividade da grande indústria, mas também a comprimir os *salários nominais* abaixo do valor das cestas de necessidades dos trabalhadores, mesmo após terem “comprimido” essas necessidades por toda sorte de mecanismo de repressão social.

Esse quadro degradante do trabalhador, que aparece nas páginas após a exposição sobre o longo processo histórico de desenvolvimento ao paroxismo e superação de cada etapa dos modos sucessivos de produção capitalista, desde a cooperação simples dos artesãos, passando pela manufatura, e chegando à maquinaria e à grande indústria, inclusas todas as fases intermediárias de existência *híbrida* desses modos de produção, deve, porém, ser tomado como ponto de partida da análise marxista do capitalismo. Mesmo que, pela “lógica da descoberta”, o desvelamento dos processos internos do capitalismo tivesse, de fato, ocorrido antes da identificação da exploração que exerce, necessariamente, sobre o trabalhador, o investimento pessoal para escrever uma obra com tal orientação parece ser melhor explicada por um compromisso e engajamento *político*, do que por simples paixão intelectual. O que explica por que, para tantos males diferentes, Marx tenha proposto uma *solução*

concreta possível dentro do quadro político em que se encontrava, e portanto alguém da radical revolução para superação do capitalismo. Tal solução, como iniciamos, era a implementação efetiva de uma lei coercitiva para regulamentação e redução da jornada de trabalho, reduzindo, assim, o enorme poder dos capitalistas em manipular, *despoticamente*, a composição da jornada de trabalho. Política pública que favoreceria imediatamente os trabalhadores, mas também os próprios capitalistas, como veremos mais adiante.

Identificada, assim, a centralidade da exploração do *mais trabalho* na problematização justificativa de uma proposição marxista de política pública, devemos discorrer sobre o *como* proposto por Marx para que tal proposta pudesse se efetivar como legislação, para depois entrar no mérito dos resultados *já observados* por Marx quando da implementação de medidas semelhantes, mas ainda insuficientes.

Luta de classes, desenvolvimento capitalista e a regulamentação do trabalho

A exposição marxista das fases sucessivas do capitalismo, centrada nos desdobramentos, até o paroxismo, das contradições e antagonismos decorrentes do funcionamento imanente de seus mecanismos necessários, conduz, à primeira vista, a interpretação um tanto “determinista”, como se tal explicação pudesse prescindir de qualquer noção de acaso histórico e agência humana. A exposição de eventos históricos *específicos* feita por Marx, não paralelamente, mas de forma conexa, como explicado por Gorender, preenche essas lacunas e posiciona o capitalismo em seu devido lugar de evento histórico de longa duração e ainda em curso, derivado de necessidades, conquistas e *disputas* humanas concretas, e não realidade extemporânea ou desenvolvimento ulterior “do Espírito”. Assim, em face do desenvolvimento “natural-espontâneo” de cada etapa do desenvolvimento capitalista, Marx mostrou ser possível identificar *reações sociais e políticas* específicas, que, se originalmente se reportavam a pressões oriundas da estruturação de modos de organização da produção, da circulação e do consumo, em um segundo momento *implicaram*, elas mesmas, pressões que ora *cristalizaram*, ora *inibiram*, ora *sancionaram a ruptura* com aquelas formas. Nesse sentido é que podemos identificar a concepção propriamente marxista da produção das políticas públicas como um elemento consequencial da mesma luta de classes que se revolve em torno do controle e organização da produção, e de cada política pública específica como uma “fotografia” que captura um momento determinado dessa luta e, portanto, dos conflitos em torno da consolidação do desenvolvimento capitalista:

A consolidação de uma jornada de trabalho normal é o resultado de uma luta de 400 anos entre capitalista e trabalhador. Mas a história dessa luta mostra duas correntes antagônicas. Compare-se, por exemplo, a legislação fabril inglesa de nossa época com os estatutos ingleses do trabalho desde o século XIV até meados do século XVIII. Enquanto a moderna legislação fabril encurta compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos a prolongam de forma igualmente compulsória. Decerto, as pretensões do capital em estado embrionário – quando, em seu processo de formação, ele garante seu direito à absorção de uma quantidade suficiente de mais-trabalho não apenas mediante a simples força das relações econômicas, mas também por meio da ajuda do poder estatal – parecem ser muito modestas se comparadas com as concessões que ele, rosnando e relutando, é obrigado a fazer quando adulto. Foi preciso esperar séculos para que o trabalhador “livre”, em consequência de um modo de produção capitalista desenvolvido, aceitasse livremente, isto é, fosse socialmente coagido a, vender a totalidade de seu tempo ativo de vida, até mesmo sua própria capacidade de trabalho, pelo preço dos meios de subsistência que lhe são habituais, e sua primogenitura por um prato de lentilhas. É natural, assim, que o prolongamento da jornada de trabalho, que o capital, desde o século XIV até o fim do século XVII, procurou impor aos trabalhadores adultos por meio da coerção estatal, coincida aproximadamente com a limitação do tempo de trabalho que, na segunda metade do século XIX, foi imposta aqui e ali pelo estado para impedir a transformação do sangue das crianças em capital. (MARX, 2013, pp. 343-4)

É assim que, tanto a organização do processo de produção, quanto a produção e efeitos das políticas públicas, sendo ambas formas de relações sociais, se *co-determinam*, de maneira efetivamente dialética, efetivamente material, e efetivamente política. As políticas públicas não podem, portanto, ser encaradas como frutos de decisões tomadas no vazio de considerações, visando atender a uma vontade normativa, pois elas se reportam a problemas concretos, inclusive aqueles implicados na e em decorrência do modo de produção capitalista:

Vimos que essas determinações minuciosas, que regulam com uma uniformidade militar os horários, os limites, as pausas do trabalho de acordo com o sino do relógio, não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares. Elas se desenvolveram paulatinamente a partir das circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, seu reconhecimento oficial e sua proclamação estatal foram o resultado de longas lutas de classes. (MARX, 2013, p. 354)

Conjunturas específicas de desenvolvimento técnico do capitalismo e dos antagonismos de classe, portanto, aparecem como janelas de

oportunidade que puderam ser melhor ou pior aproveitadas pelas classes em disputa, inclusive a própria classe trabalhadora, que assim se provou não de todo *alienada* das consequências das manipulações da jornada de trabalho. Assim, não apenas o modo de produção capitalista, mas a estrutura de classes e o próprio substrato de instituições jurídicas e legais específicos a uma configuração social historicamente dada podem ser lidas, já em Marx, de forma similar à chave “neoinstitucionalista”, como oportunidades e constrangimentos que induzem o comportamento dos atores políticos em relação a determinados conteúdos de política pública. Como ocorreu, por exemplo, na aliança entre os trabalhadores e os parlamentares *tories* quando da aprovação da Lei Fabril de 1847:

Os anos 1846-1847 marcaram época na história econômica da Inglaterra. Revogaram-se as leis dos cereais, aboliram-se as tarifas de importação de algodão e outras matérias-primas, proclamou-se o livre-câmbio como estrela-guia da legislação! Em suma, foi a chegada do milênio. Por outro lado, nesses mesmos anos o movimento cartista e a agitação pela Lei das 10 Horas atingiram seu auge. Eles encontraram aliados nos *tories*, ávidos por vingança. Apesar da resistência fanática do exército dos livre-cambistas perjuradores, liderados por Bright e Cobden, a Lei das 10 Horas, por tanto tempo almejada, foi aprovada pelo Parlamento.

A nova lei fabril de 8 de junho de 1847 determinou que, a partir de 1º de julho de 1847, haveria uma redução preliminar da jornada de trabalho dos “jovens” (de 13 a 18 anos) e de todas as trabalhadoras para 11 horas, e que, em 1º maio de 1848, entraria em vigor a limitação definitiva em 10 horas. De resto, a lei não era mais que uma emenda às leis de 1833 e 1844. (MARX, 2013, p. 355, grifos no original)

A agência humana politicamente orientada, portanto, pode ser encontrada na explicação marxista como uma fonte de *imprevisibilidade* ao desenvolvimento imanente do modo de produção capitalista. Suas consequências inesperadas aparecem como compatibilizadas a uma exposição meramente formal apenas “*post festum* (muito tarde, após a festa) e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento” (MARX, 2013, p. 150). Ocorre que essa constatação também não basta para uma explanação completa, pois apenas inverte o ônus de uma determinação unívoca, agora da infraestrutura pela superestrutura, precisamente uma noção insistentemente criticada pela sociologia marxista. O desenvolvimento ulterior do capitalismo, especialmente na fase da maquinaria e da grande indústria, envolve, segundo Marx, uma efetiva ampliação do poder de previsão e de planejamento da sociedade, por conta dos desenvolvimentos científicos fomentados, por sua vez, pelas necessidades do próprio desenvolvimento capitalista. Seguindo assim, revolvemos em um circunlóquio que apenas

aparentemente evidencia os desdobramentos dialéticos desses desenvolvimentos. O elemento realmente crítico para a completude da análise é a imprevisibilidade das consequências, propriamente técnicas, mas também sociais, daqueles mesmos desenvolvimentos tecnológicos⁵, sejam esses concebidos na esfera da política, como política pública, seja na esfera das ciências naturais, seja na esfera da organização do próprio modo de produção capitalista. Quando falamos dessas consequências em termos de planejável, planejado e imprevisível, estamos, no fundo, tratando das implicações do capitalismo e da política pública *sob e sobre as subjetividades* dos atores envolvidos, em particular dos trabalhadores e dos capitalistas.

Subjetividade do capital e do trabalho, pré e pós as Leis Fabris

É evidente que as leis fabris que, como a de 1847, restringiam a capacidade de exploração do trabalho contrariavam os capitalistas. Esse simples fato já espanta a ideia de que a determinação inequívoca das políticas públicas pelos interesses dos capitalistas seja, propriamente, marxista (sendo ela ou não “neomarxista”). Porém, é central na exposição de Marx, que esse tipo de legislação teve o efeito inequívoco de potencializar o desenvolvimento do modo de produção fabril e extensão do controle do capital sobre massas ainda maiores de trabalho livre, mais trabalho e mais-valia.

Mal a lei recebera a sanção parlamentar, e os senhores fabricantes também descobriram: “Os males que esperávamos da introdução da lei fabril não se efetivaram. Não achamos que a produção esteja de modo algum paralisada. Na verdade, produzimos mais no mesmo tempo”.

Como se vê, o Parlamento inglês, a quem certamente ninguém há de acusar de genialidade, chegou por meio da experiência à conclusão de que uma lei coercitiva pode simplesmente remover todas as assim chamadas barreiras naturais da produção contrárias à limitação e regulamentação da jornada de trabalho, razão pela qual, com a introdução da lei fabril num ramo industrial, é fixado o prazo de 6 a 18 meses, dentro do qual o fabricante é incumbido de eliminar todos os obstáculos técnicos. O dito de Mirabeau « *Impossible? Ne me dites jamais ce bete de mot!* » [Impossível? Não me digam jamais esta palavra imbecil!] vale particularmente para a tecnologia moderna. Mas se, desse modo, a lei fabril acelera artificialmente a maturação dos elementos materiais necessários à

⁵ Os vaivéns da co-determinação entre infraestrutura e superestrutura no caso dos avanços técnicos na esfera de produção capitalista, assim como na concepção de políticas públicas, parece ganhar mais luz ao serem pensados pela chave sociológica do desenvolvimento da tecnologia, como abordado pelo próprio Marx. Para mais detalhes, vide a nota 89 do cap. 4 - Maquinaria e grande indústria. (MARX, 2013, p. 446)

transformação da produção manufatureira em fabril, ela ao mesmo tempo acelera, em virtude da necessidade de um dispêndio aumentado de capital, a ruína dos pequenos mestres e a concentração do capital. (MARX, 2013, pp. 547-8)

Não obstante, antes de sua implementação, tal consequência da Lei Fabril teria aparecido como algo completamente imprevisível para os capitalistas, especialmente aqueles ligados à exploração *híbrida* da grande indústria com a manufatura e a produção doméstica. De fato,

qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção [aparece] como um ataque aos invioláveis direitos de propriedade, liberdade e à “genialidade” autodeterminante do capitalista individual (MARX, 2013, p. 430).

Em decorrência, a subjetividade dos capitalistas ter-se-ia alterado não apenas em relação às consequências econômicas das Leis Fabris, mas também em relação às próprias possibilidades de planejamento na esfera da produção; à fase propriamente fabril do capitalismo, como apontado anteriormente, corresponde uma maior capacidade de planejar a produtividade dentro de limites mais restritos de jornada de trabalho e uma mais precisa compreensão do processo de extração de mais-valia relativa. A política de regulamentação do trabalho chocava-se contra a subjetividade do capitalista pré-fabril, mas na prática foi responsável pela formação de um capitalista mais consciente de seus interesses, pela necessidade mesmo de ter de persegui-los.

Tão logo a redução da jornada de trabalho – que cria a condição subjetiva para a condensação do trabalho, ou seja, a capacidade do trabalhador de exteriorizar mais força num tempo dado – passa a ser imposta por lei, a máquina se converte, nas mãos do capitalista, no meio objetivo e sistematicamente aplicado de extrair mais trabalho no mesmo período de tempo. Isso se dá de duas maneiras: pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo operário, ou do campo de trabalho deste último.

A construção aperfeiçoada da maquinaria é, em parte, necessária para que se possa exercer uma maior pressão sobre o trabalhador e, em parte, acompanha por si mesma a intensificação do trabalho, uma vez que a limitação da jornada de trabalho obriga o capitalista a exercer o mais rigoroso controle sobre os custos de produção (MARX, 2013, p. 484)

Esses desdobramentos do capitalismo fabril tiveram seus próprios efeitos (mais ou menos) imprevisíveis sobre as condições objetiva e subjetiva dos trabalhadores. Em nível objetivo, a introdução cada vez maior de maquinaria levou à dispensa de força de trabalho humana, e consequente barateamento da mesma. A força motriz das máquinas a

vapor permitiu, especificamente, a dispensa da força de trabalhadores homens adultos, estimulando a reabsorção de mão de obra feminina e mesmo infantil, efetivamente vendidas por suas famílias. As agruras do ambiente de trabalho misto, como nas minas de carvão, e penúria vivida pelo exército supernumerário de trabalhadores de reserva, enfim multiplicou o quadro de completa degeneração da saúde física e moral dos indivíduos sujeitados à condição de (potenciais) vendedores compulsórios de força de trabalho.

Mais radicais e imprevisíveis, porém, foram os efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores *dentro* da esfera da produção. Se as etapas da cooperação simples e da manufatura já haviam conduzido para a crescente *alienação* do trabalhador relativamente à totalidade do processo de produção, primeiro, pela hiperespecialização técnica de rotinas repetitivas, depois, com a efetiva *subsunção* de todo o trabalho ao capitalista e, por fim, ao próprio capital cristalizado nos meios de produção mecanizados:

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade que o camponês ou artesão independente desenvolve, ainda que em pequena escala, assim como aqueles desenvolvidos pelo selvagem, que exercita toda a arte da guerra como astúcia pessoal, passam agora a ser exigidos apenas pela oficina em sua totalidade. As potências intelectuais da produção, ampliando sua escala por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se defronte a eles no capital. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se consuma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital. (MARX, 2013, p. 435)

Novamente, nem mesmo a subsunção e, em realidade, a *sujeição* da subjetividade do trabalhador ao capital pode ser considerada como mais do que um resultado contingencial da longa “guerra civil” operada dentro e fora das fábricas, ou, igualmente, dentro e fora do estado. Como a regulamentação da jornada de trabalho teve o condão de impulsionar os capitalistas na descoberta de formas aprimoradas de contornar as restrições legais à extração sempre maior de mais-valia absoluta e relativa, também o despotismo exercido sobre os trabalhadores nas fábricas evidenciou para esses últimos, por um lado, as mazelas do desperdício social implicadas na anarquia da competição econômica; e, por outro, a

possibilidade de organização racional e planificada da produção, primeiro no âmbito da fábrica, mas depois para escala social:

Assim que a classe trabalhadora, inicialmente aturdida pelo ruído da produção, recobrou em alguma medida seus sentidos, teve início sua resistência, começando pela terra natal da grande indústria, a Inglaterra. Por três décadas, no entanto, as concessões obtidas pela classe trabalhadora permaneceram puramente nominais.” (MARX, 2013, p. 350)

Foi preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria e sua aplicação capitalista e, com isso, aprendesse a transferir seus ataques, antes dirigidos contra o próprio meio material de produção, para a forma social de exploração desse meio. (MARX, 2013, p. 501)

[A] história da regulação da jornada de trabalho em alguns modos de produção, bem como a luta que, em outros, ainda se trava por essa regulação, provam palpavelmente que, quando o modo de produção capitalista atinge certo grau de amadurecimento, o trabalhador isolado, o trabalhador como ‘livre’ vendedor de sua força de trabalho, sucumbe a ele sem poder de resistência. A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora. Como a luta teve início no âmbito da indústria moderna, ela foi travada, inicialmente, na pátria dessa indústria, a Inglaterra. Os trabalhadores fabris ingleses foram os paladinos não apenas da classe trabalhadora inglesa, mas da classe trabalhadora em geral, assim como seus teóricos foram os primeiros a desafiar a teoria do capital. (MARX, 2013, pp. 370-1)

Havendo exposto sistematicamente um *problema público*, na forma da exploração do mais trabalho, e uma *solução política* correspondente, na forma de uma lei coercitiva para redução e regulamentação da jornada de trabalho, a argumentação marxista por essa política pública foi coroada com a identificação de um *sujeito* dessa e para essa política, na figura do operariado industrial, que, de maneira autônoma, e antes de ter qualquer acesso ao ferramental teórico de Marx, já havia identificado aquele problema e aquela solução, orientados exclusivamente por seus interesses objetivos. Nesse sentido, ao explicitamente reconhecer esse salto da consciência *política* dos trabalhadores, é o próprio Marx que nos fornece argumentos para considerar sua *magnum opus*, ou pelo menos parte dela, como um libelo de *advocacy* de política pública, prestando inestimável contribuição com a fundamentação teórica para o desenvolvimento da plataforma política dos trabalhadores.

Temos de reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente de quando nele entrou. No mercado, ele, como possuidor da mercadoria “força de trabalho”, aparece diante de outros possuidores de mercadorias: possuidor de mercadoria diante de possuidores de mercadorias. O contrato

pelo qual ele vende sua força de trabalho ao capitalista prova – por assim dizer, põe o preto no branco – que ele dispõe livremente de si mesmo. Fechado o negócio, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita [Sauger] não o deixará “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar”. Para “se proteger” contra a serpente de suas aflições, *os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmos de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e a suas famílias à morte e à escravidão*. No lugar do pomposo catálogo dos “direitos humanos inalienáveis”, tem-se a modesta Magna Charta de uma jornada de trabalho legalmente limitada, que “afinal deixa claro quando acaba o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que lhe pertence”. Quantum mutatus ab illo! [Quanto se mudou do que era!]. (MARX, 2013, pp. 373-4; grifo nosso)

Considerações finais

Os trabalhos de teóricos como Marx, como os economistas políticos e como os economistas vulgares burgueses, têm papel não desprezível na “longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora”. Enquanto uns se dedicariam à mistificação e ocultação do desenrolar e consequências dessa luta, outros, como Marx, dedicariam seu trabalho a acelerar o desvelamento de problemas certamente sentidos pelos trabalhadores, mas não inteiramente compreendidos em seu funcionamento imanente e desenvolvimento “natural-espontâneo”, e ainda mais longe de serem conectados à interação estratégica entre as classes na determinação dos usos dos poderes estatais, isto é, na formulação das políticas públicas. A transformação social vislumbrada em *O capital* parte, sim, da identificação de um problema, a exploração do mais trabalho para a extração de mais-valia absoluta e relativa; assim como da proposição de uma solução, na forma de legislação coercitiva que reduza e regule a jornada de trabalho. Mas esses argumentos apologéticos de uma medida governamental só se tornam efetivamente úteis partindo da reafirmação da subjetividade do trabalhador, a um só tempo vitimada pelo e resistente ao capitalismo; e se reinvestindo sobre essa mesma subjetividade, como arma política à sua disposição. Identificamos, assim, também o sujeito *de quem e para quem* a política pública marxista se dirige.

Ao fundamentar cientificamente o problema e a solução acerca da exploração do mais trabalho, Marx também lançou bases para a fundamentação científica do programa de luta da classe operária. A

manifestação pontual desse programa pode ser identificada como a robusta *advocacy* de Marx pela redução e regulamentação do trabalho masculino, conexo às restrições do trabalho feminino e infantil, e o fornecimento de educação obrigatória para esses últimos. A lógica de tal programa é resumida em uma noção revolucionária no século XIX, e cada vez mais vilipendiada no começo do século XXI, que é a dos *direitos sociais e econômicos do trabalho*, frente à abstração liberal dos “direitos humanos”. O papel de políticas públicas, enquanto momento tático do engajamento estratégico na longa, mas nem sempre muda, luta política entre as classes, foi ressaltado ainda por Marx, o que, no mínimo, apenas corrobora que novas gerações de estudiosos, politicamente engajados ou não, busquem nessa fonte inspirações para desenvolvimento teórico e prático não apenas sobre as dimensões da *polity* e da *politics*, como é mais costumeiro, mas também da *policy*, independente de quantas correntes marxistas pré-existentes reivindicuem o monopólio dessas considerações, ou que seus detratores vociferem a inutilidade desse esforço.

Referências bibliográficas

- DELEON, Paul. The historical roots of the field. In: MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R.E. *The Oxford handbook of public policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 39-57.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-9)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HAY, Colin. Marxism and the State. In: *Marxism and social science*. London: Macmillan Education UK, 1999, pp. 152-74.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. *Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Rio de Janeiro. Elsevier, 2013.
- LASSWELL, Harold D. *A pre-view of the policy sciences*. New York: Elsevier, 1971.
- MARQUES, Eduardo. Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 43, 1997.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX, K. *A revolução antes da revolução*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, pp. 119-338.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* l. I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Moscovo: Avante/Progresso Lisboa, 1982.

RODRIGUES, Maria Marta Assumpção. *Políticas públicas*. São Paulo: Publifolha, 2013. Col. Folha Explica.

Como citar:

FELIX DA SILVA, Vinicius; OLIVEIRA, Hilem E. Cosme de. *O capital*, de Marx: advocacy de política pública? *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 89-110, nov. 2019.

Data de envio: 14 jan. 2018
Data de aceite: 26 maio 2018